

BLOQUEIOS À INOVAÇÃO
NO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS
EM FINAIS DO SÉCULO XIX:
ACHEGAS PARA O SEU ESTUDO

Por José M. Amado Mendes*

Introdução

A análise do desenvolvimento, nos séculos XIX e XX, passa pelo estudo de factores de diversa natureza. Entre outros, podem mencionar-se os de índole política, económica, social, cultural e institucional. Quanto a estes últimos, têm-se privilegiado sobretudo os que se referem às instituições públicas. Todavia, urge prestar mais atenção aos relativos a outras que, não obstante o seu carácter geralmente privado, têm vindo a desempenhar um papel relevante, em todo o processo evolutivo contemporâneo. Refiro-me, em particular, à *empresa*, como instituição.

No que toca à *industrialização em Portugal*, são frequentemente mencionadas algumas das respectivas características, como sejam a sua concretização tardia e a um ritmo demasiado lento. Contudo, além das ditas características adquirirem realce, quando comparadas com as do modelo de industrialização britânico, torna-se necessário estudá-las à luz

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

da realidade portuguesa, o que só esporádica e parcialmente tem sido feito. Para já não falar na conhecida tese, segundo a qual o nosso País jamais poderia vir a tornar-se industrializado — por lhe faltarem condições para tal —, tem-se procurado, por vezes, explicar o relativo atraso industrial português, através de um número restrito de factores. Por exemplo, sobre o assunto sublinhava Salazar, em 1936: «Por maiores que sejam os progressos da indústria nacional nos últimos anos, e são evidentes, alguma inferioridade lhe há-de entorpecer a marcha durante bastante tempo — a inferioridade proveniente da estreiteza dos mercados, da deficiência da técnica, de defeitos de organização, do preço da força motriz, das condições em que se abastece de matérias-primas». E, defendendo uma solução, que julgava adequada, para dois dos referidos bloqueios — mercados e matérias-primas —, acrescentava: «Pois bem: em tais circunstâncias é lógica esta solução — que as Colónias produzam e vendam à Metrópole as matérias-primas e com o preço destas lhe adquiram os produtos manufacturados»¹. Como é sabido, perspectiva não muito diferente havia sido implicitamente adoptada pelos promotores da Conferência de Berlim (1884-85), a partir da qual as potencialidades dos territórios africanos começaram a ser particularmente apreciadas². Todavia, dada a complexidade do problema, nem o mercado colonial nem tão-pouco as matérias-primas, provenientes de além-mar, permitiram resolvê-lo, de forma satisfatória. Com efeito, ainda não foi possível eliminar numerosos bloqueios, alguns deles já ancestrais.

Seguidamente, tentarei analisar alguns desses *bloqueios*, tais como se apresentavam há cerca de um século. Com base em depoimentos dos próprios empresários industriais — ou de indivíduos conhecedores do respectivo meio —, sublinharei os principais obstáculos que então se colocavam à actividade empresarial. Irei utilizar, fundamentalmente, essa extraordinária fonte, que é o *Inquérito Industrial de 1881*³.

¹ Oliveira Salazar. «O Império Colonial na economia da Nação». *Discursos e notas políticas*, II: 1935-1937, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1945, p. 159.

² Sobre o assunto, ver Jorge Borges de Macedo, *A Conferência de Berlim, cem anos depois*, Lisboa, 1985. Sep. de *Democracia e Liberdade*, n.º 35, 1985.

³ Através do referido *Inquérito* procurava-se não só averiguar o grau de desenvolvimento da indústria, como a opinião dos industriais sobre as *taxas pautais*, numa altura em que se preparava a realização de um novo acordo comercial com a França, que substituiria o de 1866. Não obstante a rapidez com que foi levado a cabo (três meses), trata-se de um importante trabalho, quer do ponto de vista estatístico, quer como fonte histórica. Ver alguns elementos sobre o assunto em Francisco Pereira de Moura *et al.*, *Estudo sobre a indústria portuguesa. II Congresso da Indústria Portuguesa*, Lisboa, CIP, 1957, p. 17-18.

1. A questão dos recursos naturais

A carência de recursos naturais tem sido frequentemente apontada como uma das responsáveis pela nossa debilidade industrial. Não sendo aqui o local mais indicado para desenvolver o assunto, apenas direi que se trata de uma asserção um tanto simplista e susceptível de desfocar a realidade. Com efeito, há que reflectir sobre diversas componentes, designadamente: carência ou, antes, insuficiente e anquilosada exploração de recursos? De que recursos se trata e quais as suas funções, em determinados estádios do desenvolvimento industrial? Que aproveitamento se tem feito dos recursos existentes, do ponto de vista da transformação e do conseqüente valor acrescentado?

Obviamente que não se deverá esperar que os empresários, de finais de Oitocentos, tenham respondido cabalmente às questões acima formuladas. Eles reagiam, por exemplo, ante a falta de disponibilidade de certas matérias-primas e/ou combustíveis, sem cuidarem propriamente dos motivos de tal situação, ainda que, uma ou outra vez, se lhes tenham referido. Entre outras matérias-primas, importavam-se as seguintes: algodão, lã, aço, «drogas» para tinturaria e linho. Enquanto algumas das mencionadas importações apareciam praticamente como inevitáveis — como o aço e os produtos químicos destinados à tinturaria, oriundos de países onde a 2.^a revolução industrial já estava em marcha —, outras poderiam ter sido substituídas ou, pelo menos, reduzidas. Para não referir o algodão — que uma fábrica de Xabregas importava do Brasil (2/3) e de Angola (apenas 1/3) —, atente-se no que sucedia com o linho. Acerca deste declara Alfredo Mendes da Silva, director da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos, de Torres Novas: «A materia prima de que usâmos é linho em rama, de que consumimos cerca de 150 000 kilogramas por anno, o minimo, e vem todo da Russia. [...] O linho póde ser produzido em Portugal, e é; mas não pode ser consumido em concorrência com o da Russia, não porque não seja bom, porque o é, mas porque as operações de maceração e espadelagem são feitas aqui por processos muito primitivos»⁴.

Também o carvão era importado — regra geral, da Grã-Bretanha — por muitas empresas. É que a maior parte do carvão nacional era de baixa qualidade. Assim, não surpreende que os direitos de importação sobre as matérias-primas e produtos intermédios fossem considerados gravosos para a indústria, motivo pelo qual diversos industriais preconizavam a

⁴ *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo*, I Parte: *Depoimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 76.

empréstimos ao Estado, comércio, etc.), falta de capacidade de resposta e/ou de especialização das estruturas bancárias e inexistência de crédito industrial. Apenas alguns exemplos, para ilustrar algo do que se acaba de expor. Gomes da Silva, gerente da fábrica pertencente à firma Gomes & Filhos (de calçado, sediada em Lisboa, na rua dos Fanqueiros), declarava: «O capital vae melhor para outros negocios, para o commercio e agricultura, e sobretudo melhor para a agiotagem. Por consequencia, os homens de dinheiro não vem [*sic*] para a industria»⁸.

Para o agravamento da alegada falta de capital, muito contribuía ainda a falta de operacionalidade então verificada na Banca. Com efeito, esta privilegiava tipos de operações não relacionados com a indústria. Ao facto se referia António de Miranda Brandão, empresário têxtil do concelho de Seia: «A falta de capitaes é tambem um estorvo ao desenvolvimento industrial. Há na localidade alguns agentes de estabelecimentos bancarios, mas não fazem operações de credito propriamente ditas e somente servem para as transferencias de fundos». Como alternativa, recorria-se ao crédito privado, simplesmente, como sublinhava o mesmo empresário, «os particulares emprestam a 10 por cento e mais»⁹. Diversos outros industriais lamentam a inexistência de crédito industrial, em depoimentos análogos ao seguinte: «Não há bancos no paiz que emprestem sobre machinismo nem sobre productos industriaes»¹⁰. O facto de não se praticar este tipo de crédito (industrial) dificultava muitíssimo a aquisição de novas máquinas, para o que se costuma recorrer, frequentemente, ao crédito a médio ou a longo prazo¹¹. Em finais de Oitocentos, verificava-se um enorme desfasamento entre a mecanização em Portugal e em alguns outros países. Apontavam-se, por exemplo, as produções de carrinhos de linhas e de calçado, entre nós ainda manuais, enquanto outros já as haviam mecanizado¹². Em suma: a falta de capital não deve ser analisada de forma isolada. Com efeito, não menos gravosa para as empresas — devido aos seus efeitos mais generalizados —, era a *ineficácia e falta de dinamismo da Banca*, que a impediam de desempenhar uma acção indutora, no processo de desenvolvimento¹³.

⁸ *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*. I Parte: *Depoimentos*, p. 124.

⁹ *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*. II Parte: *Visita às fábricas*, livro III, p. 13.

¹⁰ *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, II Parte: *Visita às fábricas*, livro I, p. 274.

¹¹ A questão do crédito industrial só nas primeiras décadas do século XX viria a ser enfrentada, entre outras instituições, pela Caixa Geral de Depósitos.

¹² *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, I Parte, p. 106 e 133.

¹³ Sobre o papel da banca na industrialização, ver as seguintes obras: Rondo Cameron *et al.*, *La banca en las primeras etapas de la industrialización. Un estudio de*

3. E quanto aos recursos humanos?

Mais ainda do que a carência de capital, a *questão dos recursos humanos* aparece insistentemente no *Inquérito Industrial de 1881*. A maior parte dos declarantes sublinhava a *falta de preparação do pessoal operário*, nos diversos ramos de actividades artesanais/industriais. Um ou outro referia-se, igualmente, à falta de técnicos especializados e, inclusive, de gestores. Mas, para além deste quadro genérico, alguns depoimentos afiguram-se-me bastante elucidativos. Entre as medidas preconizadas, para resolver a impreparação do pessoal operário, destacam-se: a difusão do ensino técnico, a regulamentação do trabalho de menores — que os impedisse, enquanto aprendizes, de trocarem de estabelecimento, motivados pela melhoria de salários — e o próprio estágio de operários no estrangeiro.

A respeito deste último ponto, acentuava José Rodrigues Adrião, serralheiro, com oficina em Lisboa: «tem sido grande a falta de todos os governos, não protegendo a indústria. Mandam-se lá fóra para estudar, militares e mais homens de diferentes ramos de sciencia, mas não se mandam os industriaes»¹⁴. Acrescente-se que, pouco depois (por 1884) o Governo dava satisfação ao primeiro e segundo pontos referidos (incremento do ensino técnico e envio de operários, como estagiários, para o estrangeiro¹⁵).

Contudo, também neste caso a questão era mais complexa e, conseqüentemente, de difícil solução. É que não eram apenas os operários que careciam de formação profissional. Notava-se também uma grande falta de técnicos, quadros e gestores. Relativamente aos técnicos, as empresas mais bem providas de recursos recorriam a estrangeiros, como sucedia nas indústrias do papel, do vidro, da cerâmica ou mesmo em certas operações da têxtil. Os mestres estrangeiros chegavam a ganhar o dobro dos portugueses¹⁶.

Quanto aos gestores/empresários, como a esmagadora maioria dos inquiridos pertencia àqueles grupos, escasseiam, obviamente, informações a seu respeito. No entanto, a preparação específica de muitos deles era,

historia económica comparadas (trad. do inglês), Madrid, Tecnos, 1974; Maurice Lévy-Leboyer, *Les banques européennes et l'industrialisation internationale dans la première moitié du XIX siècle*, Paris, PUF, 1964.

¹⁴ *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, I Parte, p. 8.

¹⁵ Joaquim Ferreira Gomes, *Escolas Industriais e Comerciais criadas no século XIX*. Coimbra, 1978. Sep. da *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XII, 1978; J. M. Amado Mendes, «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», *Análise Social*, n.º 61-62, 1980, p. 49-51.

¹⁶ Cfr. *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, II Parte, livro I, p. 211.

por certo, deficiente, por falta de formação especializada (alguns haviam sido comerciantes) e/ou de tradição. Sob este ponto de vista, há mesmo uma informação, segundo a qual os elementos da mesma família não se dedicavam à indústria, para além da 2.^a geração¹⁷, inviabilizando, assim, a constituição de autênticas dinastias. Pode até afirmar-se que, em certas empresas, o bloqueio residia mais nos gestores que nos próprios operários¹⁸. Efectivamente, era a estes que se deveria imputar a responsabilidade de não terem ainda introduzido, nas suas empresas, a *divisão do trabalho* ou terem continuado a adoptar o *trabalho de empreitada*, difícil de controlar e com tendência para uma diminuição da respectiva qualidade. E porque este *Encontro* decorre no Porto, permito-me salientar que, em alguns ramos (como na ourivesaria), aqui havia-se avançado mais na divisão do trabalho do que em Lisboa¹⁹. Também era na área do Porto — mais precisamente em Gaia — que se localizava uma empresa de cerâmica (Fábrica das Devesas, de António Almeida da Costa & C.^a), cujo pessoal se encontrava bem apetrechado, artística, técnica e profissionalmente. A propósito daquela fábrica, lê-se no *Inquérito industrial de 1881*: «Tanto o director da fabrica como os mestres das diversas officinas são todos ex-operarios: o primeiro era canteiro-escultor. [...] o mestre de escultura ceramica frequentou a escola de bellas-artes do Porto e a imperial de Paris: vence 450\$000 réis ao anno; o mestre machinista cursou tres annos as aulas do instituto industrial do Porto, aprendeu com o precedente, manifesta uma intelligencia mechanica interessante, tendo inventado algumas machinas da fabrica, na qual vence o ordenado de 300\$000 réis; o mestre ceramico finalmente aprendeu na Vista Alegre, visitou a exposição de Paris em 1855, e vence ao anno 320\$000 réis». E acrescentava-se: «Estas notas mostram que nas Devezas ha pelo menos o conhecimento da educação technica e artistica para a industria»²⁰.

¹⁷ *Idem, Inquerito indirecto*, I parte, p. 35.

¹⁸ No que se reporta a algumas indústrias, pode aceitar-se, genericamente, uma afirmação recente, segundo a qual «para lidar com teares, que vêm de fora, [...] os operários portugueses servem perfeitamente» (Maria Filomena Mónica, *Os grandes padrões da indústria portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1990, p. 30).

¹⁹ «No Porto têm um bom methodo de aprendizagem, com muito rigor, têm a divisão do trabalho, que é o que faz produzir a manufactura muito mais barata, e enquanto não houver essa divisão do trabalho, nós não podemos competir com centro nenhum manufactor» (*Inquerito industrial de 1881. Inquerito indirecto*, I Parte, p. 59).

²⁰ *Idem, Inquerito directo*. II Parte: *Visita às fábricas*, livro II, p. 201. Que o testemunho, inserto na passagem transcrita, possa ajudar a salvaguardar o importante património industrial da Fábrica das Devesas, como parte significativa do nosso Património Cultural.

Antes de concluir — para não alongar demasiado esta comunicação —, apenas acrescentarei que as empresas industriais deparavam ainda com outros bloqueios ao seu desenvolvimento, entre os quais se contavam os *meios de transporte e comunicações* e a *legislação aduaneira*. Acerca daqueles, as deficiências continuavam a ser consideráveis, em particular em determinadas zonas do interior, não obstante algumas melhorias já então conseguidas, graças ao caminho-de-ferro. Quanto ao enquadramento legislativo, alguns diplomas favoreciam a indústria, enquanto outros a prejudicavam. Os diversos interesses, então em jogo, levavam a oscilações e à falta de coerência na linha legislativa, a qual revestia feição mais liberalizante ou mais proteccionista, consoante as diversas conjunturas. Podia também referir-se a forte *concorrência externa*, por vezes muito facilitada pelas políticas adoptadas, inclusive no respeitante à colocação de produtos nas Colónias Africanas.

Como se deduz do que fica exposto, se nem todos os bloqueios foram eliminados — persistindo alguns deles, ainda em nossos dias —, pelo menos tornou-se necessário atenuar os seus efeitos nocivos, o que efectivamente foi feito pelas empresas industriais portuguesas, dentro das suas possibilidades, limitações e condicionalismos.

